



A CPI dos Precatórios promoveu ontem uma reunião reservada com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. No encontro (foto), o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral, anunciou um

projeto de Antonio Carlos Magalhães ampliando as possibilidades de quebra do sigilo bancário. A CPI também confirmou os depoimentos de dirigentes de bancos e fundos de pensão, para amanhã e segunda-feira. Página 3

CCJ aprova e plenário vota hoje projeto contra a tortura

Apreciação rápida da matéria confirma disposição dos senadores de oferecer uma resposta aos atos de violência praticados por policiais contra cidadãos indefesos em São Paulo

NESTA EDIÇÃO

Carteiros terão adicional de periculosidade

Página 4

Presidente da Hungria visita hoje o Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebe hoje, às 11h30, a visita do presidente da Hungria, Árpád Göncz.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto de iniciativa do Executivo que tipifica como crime a tortura física e mental, e prevê prisão de quatro a 16 anos para a prática desse delito.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria deverá ser votada hoje pelo plenário do Senado, em regime de urgência. Tebet optou, em seu parecer, pela rejeição de quatro emendas apresentadas na Casa, e ainda pela prejudicialidade de projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) dispondo

sobre o mesmo assunto.

A aprovação da matéria na Comissão de Justiça confirma a disposição dos senadores de responder com brevidade aos atos de violência praticados por policiais militares em Diadema (SP), no

início de março, e mostrados na última segunda-feira (dia 31) pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo. O fato levou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a pedir à CCJ que apreciasse o projeto com urgência.

ACM saúda agilidade na decisão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, saudou a aprovação na manhã de ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa (CCJ), de projeto do Executivo que define os crimes de tortura física e mental, fixando penas de até 16 anos para os infratores.

Antonio Carlos Magalhães

esteve presente à reunião da CCJ, num gesto de homenagem ao ministro Sepúlveda Pertence, presidente do Supremo Tribunal Federal, que compareceu à comissão para falar sobre a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que cria o efeito vinculante de decisões do STF.

ACM sugere consenso em torno de MPs

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recomendou ontem ao líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que intensifique o diálogo com as lideranças partidárias, em busca de um texto de consenso fixando novas regras para edição e apreciação das medidas provisórias. Antonio Carlos reafirmou sua disposição de colocar em votação no dia 10, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) que trata da matéria.

Segundo Arruda, "hoje não há dúvidas ou divergências a respeito da necessidade de uma urgente regulamentação do instituto das medidas provisórias, tanto no plano do Regimento Interno quanto em nível da Constituição." A seu ver, esse disciplinamento, no entanto, deverá vir acompanhado de uma redivisão de poderes entre Executivo e Legislativo, para "assegurar agilidade ao governo na administração de questões que até a Carta de 1988 estavam na sua esfera de competência".

O líder do governo no Congresso manifestou confiança em que os entendimentos com as lideranças partidárias possam ser concluídos até o dia 10, no sentido de permitir o aprimoramento do substitutivo de José Fogaça e a votação por consenso de uma proposta definindo novos critérios para as medidas provisórias.

ACORDO

O senador José Fogaça reúne-se hoje, a partir das 10 horas, com lideranças do governo e do Bloco Oposição, na tentativa de se chegar a um acordo sobre novas regras para as MPs. A reunião será na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Senado convoca Malan para explicar venda do Bamerindus

Requerimento é encabeçado por Eduardo Suplicy, que considera a operação "um passo sem precedentes em termos de desnacionalização"

O plenário aprovou ontem requerimento convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a comparecer ao Senado para prestar esclarecimentos sobre as negociações entre o Banco Bamerindus e o Hong Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC). O requerimento foi assinado por 17 senadores, encabeçados por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ao defender a convocação, Suplicy ponderou que o Bamerindus é o primeiro grande banco de varejo do país a ter parte



Eduardo Suplicy

do seu controle acionário comprado por um grupo estrangeiro. Para ele, a negociação "representa um passo sem precedentes em termos de desnacionalização do sistema bancário comercial do país".

Conforme Suplicy, a negociação do Bamerindus afeta não apenas o mercado financeiro brasileiro, mas a situação das finanças públicas do país, pois a operação só foi viabilizada porque o Banco Central está utilizando R\$ 5,7 bilhões na operação, "ampliando o endiva-

mento federal".

Desse total, segundo o senador, que se sustenta em informações publicadas pela imprensa, R\$ 2,5 bilhões serão utilizados pela Caixa na compra da carteira imobiliária. Outros R\$ 2,5 bilhões serão destinados ao Fundo Garantidor de Créditos. O Banco do Brasil terá um financiamento de R\$ 300 milhões para comprar a carteira rural e os passivos e ativos do Bamerindus no exterior. Os outros R\$ 400 milhões vão bancar a reestruturação de algumas carteiras do banco.

■ **Leia mais sobre as decisões do plenário na página 4.**

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h30** - Recebe o vice-presidente, Artur Nikolaievitch e parlamentares do Parlamento da Rússia
- 11h30** - Recebe o presidente da Hungria, Árpád Göncz
- 12h15** - Recebe representantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
- 15h** - Recebe o ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento
- 15h30** - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa do Senado**
Pauta: *PLC nº 48/96, que define os crimes de tortura; *PLC nº 59/94, que dispõe sobre o prazo de publicação, pela Secretaria da Receita Federal, dos modelos de declaração do Imposto de Renda; e segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 64/95, que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tornando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos**
Pauta: *PLC nº 106/96 (não terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a comissão de Valores Mobiliários; *Mensagem nº 64/97 (não terminativo), do presidente da República solicitando autorização do Senado Federal, para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, de principal, com garantia do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), destinada ao financiamento parcial do projeto de gerenciamento e desenvolvimento da infra-estrutura municipal da Bahia; e *PLC nº 94/96 (não terminativo), que institui a Lei de Proteção de Cultivares.

Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; e *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

Pauta: Exposição do coordenador do Projeto de Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha Natural - UnB, Floriano Pastore. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão da Reforma Política-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

12h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; *PLS nº 263/95 (terminativo), que dispõe sobre a educação à distância; e *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17 - CPI dos Precatórios

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

CPI DOS PRECATÓRIOS

Projeto de ACM facilita quebra de sigilo bancário

Proposta simplifica o processo, preserva direito à privacidade, mas estabelece penas para quem fizer acusações levianas

Tuma: apuração gera inquérito contra banqueiro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou ontem que a Polícia Federal está reunindo documentos para indiciar nos próximos dias o banqueiro Fábio Nahoun, dono do banco Votorantim, por crime de exploração de prestígio. É o primeiro inquérito aberto em decorrência dos trabalhos da CPI, que descobriu documentos que revelam um contrato do banco Votorantim com as empresas de lobby ADS e Internac, para neutralizar os trabalhos da comissão.

Tuma sugeriu também que, ao final dos trabalhos da CPI, se defina uma comissão permanente de representantes do Banco Central, da Receita e da Polícia Federal para acompanhar os desdobramentos do relatório da CPI nos vários processos que serão instaurados.

Carta de Miranda põe ponto final em desentendimento



Miranda

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) anunciou ontem que entregará hoje uma carta ao senador Wilson Kleinübing

(PFL-SC), colocando um ponto final nos desentendimentos divulgados pela imprensa e segundo os quais ele estaria ofendido com declarações feitas pelo senador catarinense.

Indagado por jornalistas se permanece magoado, Gilberto afirmou: "Absolutamente, não estou magoado. Pretendo entregar uma carta ao senador Kleinübing e dar por encerrado o episódio. Nesse assunto, teve excesso da mídia e um pouco de excesso dele, mas isso é normal numa CPI".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou na tarde de ontem, antes de reunir-se com os integrantes da CPI dos Precatórios, que vai apresentar projeto de lei ampliando as situações em que se poderá conseguir a quebra do sigilo bancário de autoridades. Pela proposta, o sigilo pode ser quebrado em virtude de investigação, inspetoria, auditoria ou procedimento similar, a requerimento do Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público e Executivo.

Pouco depois, Antonio Carlos Magalhães reuniu-se com o presidente da CPI, senador Bernardo Cabral (PFL-AM); com o relator, Roberto Requião (PMDB-PR); e com os demais integrantes da comissão. O encontro, de caráter reservado, foi definido por Antonio Carlos como "cordial e produtivo".

O projeto do presidente do Senado altera as Leis nºs 4595/64 e 7492/86 e dispõe que, quando formulado por membro de órgão colegiado, o requerimento de quebra de



Na sala da CPI, os preparatórios para a reunião de ontem

sigilo bancário não precisa ser votado.

Conforme Antonio Carlos Magalhães, ao mesmo tempo que observa o direito ao sigilo bancário, o projeto o coloca "a serviço da democracia e da República, e não contra estas".

O senador cita as investigações em curso na CPI, nas quais descobriram-se várias irregularidades praticadas na compra e venda de títulos emitidos para pagamento de precatórios. Antonio Carlos lamentou que o direito ao sigilo, uma proteção à privacidade do cidadão, esteja sendo usado para acobertar crimes de lesa-pátria.

Comissão decide adotar proposta

Ao final da reunião com a CPI dos Precatórios, o senador Antônio Carlos Magalhães anunciou também que a comissão aprovou seu projeto sobre sigilo bancário, devendo enviá-lo agora à Comissão de Justiça.

Os senadores integrantes da comissão mantiveram-se no recinto para ouvir o escritor Ivan Santana, autor do romance *A Rapina* e especializado em mercado financeiro.

Confirmada a audiência de bancos e fundos de pensão

O presidente do Senado anunciou para os próximos dias o depoimento de diretores dos fundos de pensão e dos bancos que compraram esses papéis. Amanhã, a partir das 10h, depõem dirigentes do Funcef, Serprus, Telus e Petrus. Segunda-feira, também a partir das 10h, será a vez de presidentes e diretores do Bradesco, Multiple, Banestado e Caixa Econômica Federal.

Antonio Carlos explicou que

os presidentes dessas instituições virão acompanhados de seus diretores técnicos, podendo ou não expor pessoalmente as informações desejadas pela CPI. Se seus diretores técnicos forem mais aptos a prestarem essas informações, eles é que falarão perante os senadores.

Ele definiu como positiva a reunião realizada com os integrantes da CPI, esclarecendo que os próprios senadores reconheceram a existência de

procedimentos que mereciam correção. Anunciou que, a partir de agora, ao final do dia, o presidente e o relator da Comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM) e Roberto Requião (PMDB-PR), darão conjuntamente um *briefing* para a imprensa, a fim de se evitarem informações desencontradas. Mas, segundo Antonio Carlos, "os excessos cometidos pela CPI foram bem menores que os benefícios que ela trouxe".

Campos propõe provas orais nos concursos



O senador Júlio Campos (PFL-MT) encaminhou ontem projeto que obriga a inclusão de

Júlio Campos exames orais nos concursos públicos para empregos na administração federal e para ingresso de estudantes em escolas federais.

O projeto garante livre acesso aos recintos onde se realizem as provas, que serão gravadas e transcritas em atas assinadas por, no mínimo, três pessoas isentas que as tenham assistido. Também faculta aos candidatos o direito de assinar as atas, que terão um prazo máximo de cinco dias, após a realização do concurso, para serem elaboradas.

Bianco pede explicações sobre despesa

O senador José Bianco (PFL-RO) disse ontem que o governador Valdir Raupp precisa explicar por que pagou R\$



José Bianco

899.515,87 por uma campanha publicitária de alerta contra AIDS, que, segundo ele, não chegou a ser realizada e tinha sido contratada por R\$ 2,97 milhões.

Bianco garantiu que o governo de Rondônia dispensou o processo licitatório e contratou para a realização da campanha uma empresa com capital de R\$ 12 mil, criada em outubro do ano passado por uma pessoa sem vínculos com o ramo publicitário e que até recentemente era vigia numa empresa de segurança.

Na opinião do senador, a empresa está se prestando ao papel de "laranja" de um ou alguns assessores de Raupp.



Com as galerias lotadas, as lideranças partidárias orientaram suas bancadas a favor dos carteiros

Senado aprova adicional de periculosidade para carteiros

O plenário aprovou, com apoio da maioria dos partidos, a inclusão da categoria entre trabalhadores que exercem atividades perigosas

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que coloca os carteiros entre os profissionais que exercem atividades perigosas ou insalubres. Com isso, eles terão direito ao adicional de periculosidade previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que significa acréscimo de 30% sobre os salários.

- Estamos fazendo a maior justiça, pois os carteiros enfrentam situações de risco para executar seu trabalho - afirmou o relator do projeto, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A matéria será agora encaminhado ao presidente da República, para sanção. As galerias do plenário ficaram

lotadas de carteiros, durante a votação.

Quase todos os líderes partidários recomendaram a aprovação do projeto. O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), lembrou que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos era a estatal com maior credibilidade entre os brasileiros, à época em que ocupou o cargo de ministro das Comunicações. afirmou que os carteiros não enfrentam apenas o risco de dentadas de cachorros ao entregar correspondências, mas também de assaltos e de acidentes de trânsito, principalmente quando estão de bicicleta ou de moto.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que tra-

balhar de bicicleta nas cidades brasileiras tornou-se uma atividade extremamente perigosa. "Além disso, eles carregam mochilas pesadas, e mais de 15% deles acabam apresentando problemas de coluna", ponderou. Manifestaram ainda voto favorável ao projeto, em nome de seus partidos, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, Valmir Campelo (PTB-DF) e Osmar Dias (PSDB-PR).

Na mesma sessão, os senadores decidiram encaminhar à Comissão de Assuntos Econômicos, para análise, projeto de lei do senador Lauro Campos (PT-DF) que cria a área de livre comércio de Brasília.

Ney Suassuna prega mudanças na economia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem para a necessidade de mudanças na economia, e disse ser uma ameaça ao processo econômico os déficits na balança comercial, no balanço de pagamentos em conta-corrente.

Suassuna acha a questão cambial séria, pois o real está muito valorizado em relação ao dólar, o que ele

considera responsável pela queda das exportações e o aumento das importações brasileiras, com reflexos no endividamento e no desemprego no país.

A diminuição das exportações, aliada à automação e ao aumento da concorrência, conforme o senador, também é responsável pela "séria cri-



Ney Suassuna

se de desemprego". Suassuna disse que, de janeiro de 96 a janeiro de 97, foram extintos 164.931 empregos, só na indústria.

As declarações dos técnicos do governo, acentuou o senador, não solucionam a crise e não explicam a significativa queda nas exportações.

Tuma reconduzido ao cargo de corregedor



Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi reconduzido ontem ao cargo de corregedor do Senado Federal, recebendo 58 votos a favor, um contra e três abstenções. Na mesma sessão, Ramez Tebet (PMDB-MS) foi eleito primeiro corregedor substituto. Joel de Hollanda (PFL-PE) ocupará o cargo de segundo corregedor substituto e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ficará com o posto de terceiro corregedor substituto.

Senado elege Lobão presidente do IPC

O senador Edison Lobão (PFL-MA) foi eleito ontem pelos senadores presidente do Instituto de Previdência



Lobão

dos Congressistas (IPC), por 55 votos favoráveis e quatro abstenções. A deputada Simara Ellery foi eleita vice-presidente.

Há rodízio a cada dois anos entre Senado e Câmara Federal nesta eleição. No biênio que se encerra, ocupou a presidência o deputado Heráclito Fortes, eleito pelos deputados.

Sebastião Rocha é o líder do PDT



Rocha

O senador Sebastião Rocha (AP) será o líder do Partido Democrático Trabalhista no Senado. Ofício com essa

comunicação foi encaminhado ontem ao presidente do Senado, assinado pelos senadores Abdias do Nascimento (PDT-RJ), Júnia Marise (PDT-MG) e por Sebastião Rocha.

Cafeteira condena "autoritarismo" de Fernando Henrique Cardoso

E elogia manifesto assinado por 59 juristas que critica o volume de medidas provisórias editadas pelo governo e a campanha pela reeleição

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) protestou ontem contra a "ameaça", feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de demitir 50 mil funcionários públicos, caso a reforma administrativa não seja aprovada na Câmara dos Deputados. "É lamentável constatar que o autoritarismo, tão condenado nas ditaduras,



Epitácio Cafeteira

campeia entre nós e tem expressão maior no chefe de um dos poderes", disse.

- Imaginem o que acontecerá se essa reforma for aprovada. Um de seus itens propõe a flexibilização da estabilidade no serviço público. Amanhã, portanto, serão apenas 50 mil o alvo da ira do presidente? - indagou.

Cafeteira elogiou um manifesto de 59 juristas, que critica o volume de medidas provisórias editadas pelo governo, bem como a campanha pela reeleição. "Não vamos nos calar. Não podemos deixar de protestar, no momento em que o presidente Fernando Henrique veste o seu manto imperial. Afinal, o autoritarismo só vai até onde as resistências o permitem ir", afirmou.

Para Lauro, FHC conhece bem o assunto

O senador Lauro Campos (PT-DF), ao apresentar ontem a primeira parte de estudo que fez sobre o autoritarismo, dirigiu críticas



Lauro

ao governo, servindo-se de referências contidas no livro *Autoritarismo e Democratização*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso. Conforme o senador, a obra contém uma competente análise histórica do caráter autoritário da sociedade brasileira e demonstra que o autor conhece profundamente o assunto. Lauro afirmou que o presidente, à luz da sua própria obra, não teria razão para declarar que a sociedade brasileira livrou-se da herança autoritária ibérica.

- Afinal, não é autoritarismo imiscuir-se no Judiciário, desrespeitar decisão do STF reconhecendo a isonomia entre servidores, massacrar o Legislativo acionando um "rolo compressor" movido a fisiologia e prometer à bancada ruralista o retardamento da reforma agrária em troca de apoio à proposta continuísta da reeleição sem desincompatibilização? - perguntou o senador.

Jucá elogia privatização de empresas de energia

Em nome da liderança do PFL, Romero Jucá (RR) ressaltou ontem a eficiência do processo de privatizações das empresas federais de energia elétrica e elogiou a atuação do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, "que honra o PFL". Com a privatização de 51 empresas, o governo obteve uma receita de 13,6 bi-



Jucá

lhões de dólares e, até 1999, deverá arrecadar mais 20 bilhões, liberando-se da necessidade de investir num setor com demanda de consumo crescente, disse ele.

Segundo o senador, o programa de privatizações busca angariar recursos para projetos sociais e transferir atividades econômicas do Estado para o setor privado.

Júnia pede apoio a projeto que submete venda da Vale ao Senado

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem apoio a projeto de sua autoria que submete à apreciação do plenário do Senado o edital de venda da Vale do Rio Doce. A seu ver, aprovando a matéria, o Senado estará se habilitando a cumprir seu papel fiscalizador e exercendo as prerrogativas constitucionais que tem de examinar os atos do Poder Executivo e das empresas estatais.

Júnia destacou pesquisa publicada pelo jornal *Hoje em Dia*,



Júnia

de Belo Horizonte, sobre a privatização da Vale. Conforme disse, a pesquisa mostrou que 52,8% dos mineiros entendem que haverá perdas importantes para Minas e para o país com a venda

da estatal.

A senadora também afirmou que as inúmeras solenidades programadas em Minas para homenagear a memória de Darcy Ribeiro mostram a importância que ele teve "e continuarão tendo" para o Brasil.

CAS amplia benefício a deficientes

A comissão também acolheu proposta com parecer favorável de Bello Parga que permite ao pescador artesanal receber seguro-desemprego durante o período em que a pesca é proibida

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Ademar Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei de Casildo Maldaner (PMDB-SC) que modifica o critério para concessão do benefício equivalente a um salário mínimo às famílias que contam entre seus membros pessoas portadoras de deficiência, ou idosas, sem condições para delas assumirem o encargo. Maldaner propõe que a renda



Presidida por Ademar, a CAS decidiu também consolidar a legislação ambiental

per capita das famílias com direito ao auxílio passe dos 25% atuais para 50% do salário mínimo.

Marina Silva (PT-AC) relatou favoravelmente dois projetos terminativos aprovados pela CAS. O primeiro, de Car-

los Patrocínio (PFL-TO), estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos de água, quando da construção de barragens. O outro, de Júlio Campos (PFL-

MS), dispõe sobre áreas de preservação permanente situadas ao redor de represas de hidrelétricas.

Com parecer favorável de Bello Parga (PFL-MA), a CAS acolheu proposta que permite ao pescador artesanal continuar recebendo seguro-desemprego, durante o período de defeso, que corresponde ao período da reprodução dos peixes, conhecido como piracema, quando a pesca é proibida.

Nabor Júnior (PMDB-AC) informou que brevemente apresentará projeto semelhante, assegurando o mesmo benefício para os seringueiros.

Nabor Júnior (PMDB-AC) informou que brevemente apresentará projeto semelhante, assegurando o mesmo benefício para os seringueiros.

Nabor Júnior (PMDB-AC) informou que brevemente apresentará projeto semelhante, assegurando o mesmo benefício para os seringueiros.

Amorim quer o aumento do capital do Basa



Amorim

O senador Ernandes Amorim (PFL-RO) solicitou ontem o apoio da equipe econômica do governo ao pleito da bancada do

Norte do país para aumento do capital do Banco da Amazônia (Basa), no sentido de possibilitar que a instituição opere como agente financeiro de recursos do BNDES e outros programas oficiais.

Depois de afirmar que o governo assumiu um total de R\$ 42 bilhões da dívida mobiliária de curto prazo dos estados de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul e, através de medida provisória, aumentou em R\$ 8 bilhões o capital do Banco do Brasil, o senador perguntou "o que se fez ou se está fazendo pelos bancos oficiais que não faliram e pelas populações dos estados do Nordeste e do Norte, que não se endividaram".

Comissão unificará legislação ambiental

A CAS também acolheu proposta do senador Romero Jucá (PFL-RR), relatada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), para que a comissão realize estudos e adote providências para redefinir e consolidar a legislação sobre meio ambiente nos âmbitos federal e estadual. Segundo Jucá, hoje existem muitos choques provocados pelo "cipoal da legislação sobre

o meio Ambiente".

Como parte da proposta, foi aprovada criação de uma sub-comissão incumbida de tratar da unificação das leis e normas ambientais. Ele propôs que sejam realizadas audiências públicas de maneira que os membros da Comissão possam ter um conhecimento amplo do quadro atual e modificá-lo no que for necessário.

A Comissão de Assuntos

Sociais aprovou ainda parecer de Valmir Campelo rejeitando emendas ao projeto que regulamenta a profissão de acupunturista.

Os projetos aprovados em caráter terminativo irão diretamente à apreciação da Câmara dos Deputados se não houver recursos para sua votação pelo plenário do Senado. Já as outras proposições serão submetidas agora ao plenário.

CGTE CUT opõem-se a contrato temporário de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais realizou ontem o primeiro debate sobre o projeto do Executivo que institui o contrato de trabalho por tempo determinado, ouvindo os presidentes da CGT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), e ainda um representante do Ministério do Trabalho.

Na opinião dos dirigentes das duas centrais sindicais, Enir Severino da Silva (CGT) e Vicente Paulo da Silva, o Vicen-

tinho (CUT), a proposta do governo não vai resolver a crise do desemprego no país. O assessor especial do Ministério do Trabalho, Jorge Jatobá, por sua vez, disse que a iniciativa governamental é o primeiro passo no sentido de "regulamentar" a legislação trabalhista.

A CGT não acredita na eficácia do projeto, que será mais um instrumento para comprometer o futuro do trabalhador e causar problemas à Justiça do Trabalho - disse Enir Severino.

Já o presidente da CUT, dis-

se que o contrato temporário, além de não gerar emprego, vai desorganizar o mercado de trabalho e aumentar os prejuízos dos trabalhadores.

Ademar Andrade considerou "altamente positivo" o debate. Além do relator, Waldeck Ornelas (PFL-BA), participaram ainda dos debates Marina Silva (PT-AC), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Ernandes Amorim (PFL-RO), Nabor Júnior (PMDB-AC), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Lúdio Coelho (PFL-MS).

Pertence vai à CCJ e defende efeito vinculante

Presidente do Supremo Tribunal Federal considera que proposta de emenda do senador Ronaldo Cunha Lima descongestionará o Judiciário, cuja estrutura "ameaça falir"

"O Supremo Tribunal Federal está à beira de sua inviabilização. A Justiça está inviabilizada". Essas declarações foram feitas ontem pelo presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence, em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele informou que nos últimos cinco anos chegaram, em média, ao Supremo, 27,4 mil processos anualmente, e foram julgados, também por ano, 27,3 mil, em média.

- Os números são aterradores. Por sua própria característica, o Supremo não pode multiplicar-se. Por sua responsabilidade em decisões únicas na construção diária da vivência constitucional do país, há de ser um tribunal com número limitado. Os números não refletem um fenômeno restrito ao Supremo, são um reflexo de uma estrutura judiciária que ameaça falir.

Na reunião - presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e prestigiada pelo



Pertence (E), no debate presidido por Cabral, sobre proposta de Ronaldo

presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães - o ministro defendeu a adoção do efeito vinculante, que obriga os órgãos judiciários inferiores ao Supremo a seguirem decisões adotadas por essa Corte. Segundo ele, o efeito vinculante não só descongestionará o Judiciário, mas fará desse poder "uma coisa séria". Proposta de emenda constitucional que institui o efeito vinculante, de iniciativa do senador Ronaldo

Cunha Lima (PMDB-PB), encontra-se em exame na comissão.

O presidente do Supremo destacou que o aumento da demanda e a incapacidade do Judiciário de responder satisfatoriamente a ela criam uma crise de credibilidade na Justiça, que ameaça o coeficiente necessário da legitimidade judiciária. Ele citou outros números: em 90, por exemplo, o TST recebeu 20.276 processos, e em 96,

93.484. Já o STJ distribuiu 14.087 processos em 90, e 53.993, em 96.

Pertence disse não negar seriedade às críticas de que o efeito vinculante implicaria na redução ou eliminação da independência jurídica do juiz e levaria à paralisação da jurisprudência. "Mas, ante a iminência da falência do sistema judiciário, é preciso que se apresentem alternativas, que não viem-

ram", assinalou.

Debateram o tema com o ministro: Jefferson Peres (PSDB-AM), relator da proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre o efeito vinculante, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), autor da proposta, Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Josaphat Marinho (PFL-BA).

Lampreia diz que parceria com países latino-americanos é a prioridade

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, disse em reunião da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que a parceria com os países da América Latina é a prioridade nas relações comerciais externas do Brasil. A audiência ocorreu ontem no plenário 3 da Câmara dos Deputados e contou com a presença do secretário-geral da comissão, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Ao demonstrar essa preferência, o ministro informou que o comércio externo do Brasil com os países da América Latina representa 25,3%



Lampreia (E) e Lúdio Coelho (D), secretário-geral da comissão

do total mundial, sendo 15,5% com os membros do Mercosul, perdendo apenas para a União Européia (26,1%). Segundo Lampreia, a tendência é que a América Latina seja a principal parceira do Brasil nos pró-

ximos anos.

O ministro afirmou ainda que o país não pode aceitar "qualquer ritmo" para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Ronaldo Cunha Lima declama seus poemas, hoje, às 18h

Com um recital de poesia do senador Ronaldo Cunha Lima, prossegue hoje o projeto "Quintas Culturais". O senador será acompanhado por violão e flauta, e declamará poemas de sua autoria, incluídos no CD *Cinquenta Canções de Amor e Um Poema de Espera*. A apresentação será às 18h, na Biblioteca da Casa.

A próxima promoção do projeto "Quintas Culturais" ocorrerá entre os dias 2 e 11 deste mês com uma exposição sobre a Romênia, no Salão Negro. No dia 10, às 18h, será lançado livro de autoria de Bernardo Cabral, sob o título *Direito Administrativo*, obra que reúne a legislação brasileira sobre a água.

Jonas pede revisão de fundo regional

Senador constata que a União não cumpre a obrigação de coordenar esforços e direcionar ações que visem à redução das desigualdades entre regiões pobres e ricas do país



Leomar Quintanilha

Tocantins vai melhorar as suas rodovias

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) anunciou ontem a assinatura de convênio entre o Governo do Tocantins e o Eximbank japonês, no valor de US\$ 28 milhões, a serem aplicados na aquisição de equipamentos para ampliação e melhoria da malha rodoviária estadual. E disse que, os equipamentos adquiridos chegarão ao estado na segunda-feira.

O objetivo do governador Siqueira Campos, conforme o senador, é "levar o desenvolvimento para o interior, fortalecendo a economia estadual e, conseqüentemente, também a nacional".

Quintanilha disse que os novos equipamentos permitirão a melhoria das estradas, o melhor deslocamento das populações do interior e maior escoamento da safra e a aquisição de insumos pelos produtores.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ao governo federal uma revisão dos critérios para aplicação de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que, a seu ver, precisa ser fortalecido. E sugeriu um ajustamento nos encargos cobrados pelo Fundo, "atualmente superiores aos de outras linhas de crédito".

O senador disse que a recente criação do Conselho Deliberativo do FCO "por si só, não será suficiente para dar mais vitalidade ao Fundo".



Jonas Pinheiro

Pinheiro lamentou que a União não cumpra "a obrigação de, se não investir, ao menos coordenar, integrar esforços e direcionar ações que beneficiem Norte, Nordeste e Centro-Oeste", além de não colocar em prática "uma de suas mais nobres funções,

que é assegurar o equilíbrio do país como um todo".

Jonas Pinheiro lembrou outra contradição: "Por muito tempo, o Sudeste foi o principal beneficiário dos investimentos oficiais, principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), que, em 94, aplicou na Região Norte apenas 3% de seus recursos".

Em aparte, o senador Ernanandes Amorim (PFL-RO) pediu mais atenção do governo para a região Norte, e frisou: "O BNDES tem esquecido o Norte do país".

Mauro anuncia safra recorde de algodão

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou ontem uma safra recorde de 10 milhões de arrobas de algodão em caroço, sendo 4,6 milhões delas, colhidas em fazendas de mil parceiros do grupo Maeda, que atua nos estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

Miranda afirmou que o país está desenvolvendo "um esforço inteligente, racional e bem estruturado, para articular a agroindús-

tria do algodão do estado de letargia, de acentuado declínio, dando-lhe modernos instrumentos para superar a fase adversa".



Mauro Miranda

O senador disse que o governo de Goiás tem agido no sentido de viabilizar os empreendimentos rurais, a exemplo do algodão, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população do estado, dinamizar a economia local e contribuir para um melhor desempenho econômico nacional.

Mauro Miranda destacou

notícia, publicada pela *Folha de S. Paulo*, de que o Grupo Maeda terá uma previsão anual de faturamento de US\$ 175 milhões, em 97. E informou que o grupo emprega 800 funcionários; trabalha em parceria com cerca de mil fazendeiros, e promove "uma megacolheita em 65 mil hectares plantados, colocando no campo 150 colheitadeiras importadas".

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que as exportações subsidiadas causaram prejuízo aos produtores nacionais.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E BELLO PARGA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Pios

Diretor do *Jornal do Senado* - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - João Ribeiro e Fernando Varela

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.